

EDITORIAL

É notável a crescente expansão e consolidação das investigações e dos debates acerca das temáticas de direito digital e direito da sociedade informacional nos últimos anos, tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele.

Por envolver questões contemporâneas e cada vez mais recorrentes nas relações interpessoais e institucionais, o tema das novas tecnologias e de suas implicações jurídicas e socioculturais permanece em destaque na mídia, nos círculos sociais e, naturalmente, nos centros de pesquisa e de divulgação científica.

Nesse contexto, a publicação da Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade (RRDDIS) emerge como recurso indispensável não apenas para o registro e a difusão do pensamento jurídico a respeito da matéria, mas também para associar os interesses interdisciplinares que atravessam as questões inerentes à Sociedade Informacional em permanente transformação.

Com isso, a RRDDIS concretiza sua missão de divulgação da pesquisa e do conhecimento científico desenvolvido pelas comunidades brasileira e internacional, formando uma rede de pesquisadores e especialistas com propósitos convergentes.

É fundamental destacar que o alcance desse objetivo pela RRDDIS também se estabelece pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD-UFPR), através do impulso dado pelo Instituto Observatório do Direito Autoral (IODA), associação

científica sem fins lucrativos inserida na área do Direito da Propriedade Intelectual no Brasil, que conta com o apoio internacional da Rede Ibero-Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI).

O compromisso com a excelência da publicação revela-se em sua exogenia e sua internacionalização, ao reunir articulistas e trabalhos de instituições de todo o Brasil e também de fora do país. Adicionalmente, além das submissões de pesquisadores nacionais e internacionais e da recepção de trabalhos em idiomas diversos, a RRDDIS conta ainda com uma equipe qualificada de conselheiros e pareceristas afiliados a renomadas instituições brasileiras e estrangeiras, fortalecendo essa rede plural e interativa que se propõe a estabelecer.

Desde a veiculação de sua primeira edição, a RRDDIS foi estruturada de forma sistemática em cinco seções que dialogam entre si, para viabilizar a categorização didática das pesquisas.

As seções são:

- (i) Direito Autoral e Sociedade Informacional;
- (ii) As Novas Fronteiras dos Direitos Intelectuais;
- (iii) Inovação, Direito e Tecnologia;
- (iv) Estudos de Caso, Jurisprudência e Legislação; e
- (v) Resenhas e Outros Estudos.

Após vários fascículos publicados e muito bem recebidos pela comunidade acadêmica, a RRDDIS segue, neste número, ampliando as discussões e propondo novas reflexões a respeito dos direitos digitais e intelectuais com comprometimento e rigor científico.

Na primeira seção, de tema Direito Autoral e Sociedade Informacional, o artigo dos pesquisadores **Alexandre Cantini Rezende** e **Rejane Spitz**, sob o título “O direito autoral de jogadores de jogos eletrônicos e o abuso de direito nos contratos de licença final de usuário nos jogos *The Elderscroll: Skyrim, Minecraft e Second Life*”, versa sobre o direito do originador sobre sua obra intelectual e artística de natureza imaterial e seu confronto com o direito dos desenvolvedores de jogos eletrônicos de, com base no

princípio da livre iniciativa, imporem cláusulas restritivas a direitos indisponíveis de outrem em contratos de adesão de alcance supranacional.

Na seção seguinte, que apresenta As Novas Fronteiras dos Direitos Intelectuais, as autoras **Samyr Leal da Costa Brito, Wagna Piler Carvalho dos Santos, Kelly Lissandra Bruch**, analisam o conflito entre as marcas e as indicações geográficas (IG) registradas, quando semelhantes ou idênticas podem ser confundidas pelo consumidor, apresentando como alternativa para evitar tal situação a aplicação do princípio da especialidade.

A pesquisadora **Maria Victória Rocha** apresenta, ainda nesta sessão um estudo atual e importante sobre a Prospecção de texto e dados na Diretiva da União Europeia relativa aos Direitos de Autor e Direitos Conexos no mercado único digital.

A autora **Valentina Delich**, com seu artigo sobre licenças compulsórias para exportação enfoca o artigo 31bis do Acordo TRIPS com o objetivo de explorar sua possível implementação na Argentina.

Na terceira parte, que leva o título Inovação, Direito Digital e Tecnologia, o pesquisador **Gustavo Martins de Almeida**, analisa a questão do NFT e as artes plásticas, introduzindo as tendências de serviços de compartilhamento, com uma série de inovações jurídicas ligadas aos Direitos Autorais.

Os autores **Italo Nogueira De Moro, Sergio Milanez Gomes e Ivan Guimarães Pompeu**, a partir da observação de que a internet modificou a forma que o ser humano se relacionar, comunicar, comercializar, analisam com profundidade como ocorrerá a transmissão de seu patrimônio após a morte de recursos de infoprodutos de seu titular.

A pesquisadora **Cinthia Obladen de Almendra Freitas**, com seu artigo Riscos e Proteção de Dados Pessoais aborda questões sobre privacidade e segurança da informação, definindo elementos constitutivos para adentrar aspectos como ameaças, vulnerabilidades, probabilidade e consequências.

A sessão destinada a Estudos de Caso, Jurisprudência e Legislação os autores **Charlene de Ávila e Néri Perin**, traz primeiramente as “Ana-

lises pontuais sobre o julgamento do REsp n, 1.610.728/RS – Sojicultores x Monsanto, abordando a legislação de patentes, em seus artigos 42, II e 43, como a 2ª seção do STJ concluiu julgamento de IAC (nº4) - Incidente de Assunção de Competência - que tratou de questão de propriedade intelectual envolvendo o cultivo de soja transgênica, tendo, de um lado, sindicatos de produtores rurais e, de outro, a multinacional Monsanto.

A última parte, por fim, volta-se à veiculação de Resenhas e Outros Estudos na área temática da Revista. Nesta edição, a resenha da pesquisadora **Ângela Kretschmann** sobre o livro “*Propiedad Intelectual*”, Tomo I, de **Beatriz Bugallo Montaño**, que analisa os conceitos gerais e fundamentos da propriedade industrial, como marcas, patentes, modelo de utilidade, desenho industrial, nome comercial, indicação geográfica, biotecnologia e esquemas de circuitos integrados, apresenta um enfoque preciso sobre a área do Direito Industrial, que nesta segunda edição supera, complementa e amplia em muito a primeira edição de 2006.

Ainda, compõe essa seção o Parecer nº 00024/2022/CGPJ/PFE-INPI/PGF/AGU, NUP: 52402.003897/2022-18, da lavra de **Marco Fioravante Villela Di Julio**, Procurador Federal, publicado no dia 8 de agosto de 2022, em processo no qual é interessado o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, sobre a nomeação de máquina dotada de Inteligência Artificial como inventora em pedido de patente.

Com a diversidade e profundidade dos trabalhos rigorosamente selecionados, este quarto fascículo da RRDDIS apresenta a riqueza do panorama científico que considera as temáticas emergentes da Sociedade Informacional, tanto no Brasil quanto no exterior.

Assim, a publicação reafirma seu compromisso em desempenhar com excelência o papel de instrumento articulador e fomentador do debate acadêmico e social, buscando também estimular a condução de mais investigações na área e a ampliação do interesse pelas questões aqui apresentadas.

Marcos Wachowicz
Editor